

ASPECTOS DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA PRIVILEGIADOS NO ENADE PARA LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS¹

Orientanda: Josiele da Costa Santos²
Orientador: Prof. Dr. Celso Kallarrari³

A presente pesquisa buscou analisar o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), verificando de que forma se dá a abordagem da variação linguística nas questões que compõem a prova. Ademais, buscou-se observar quais as características do Português Brasileiro (PB) priorizadas no exame; bem como, os tipos de texto utilizados para análise dos fenômenos de variação. A pesquisa teve início com o acesso ao *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) para obtenção do *corpus*; posteriormente realizou-se o levantamento bibliográfico a partir do qual se chegou aos seguintes referenciais: Dias Sobrinho (2010) e Silva (2010) – que contribuíram na compreensão acerca do ato de avaliar na Educação; Van Dijk (1992 e 2015) – o qual apresenta a noção de quadrado ideológico; além de Bagno (2003), Castilho (2012) e Labov (2008) – que abordam a variação e mudança linguística. O estudo permitiu concluir que, no que tange a variação linguística, os conhecimentos priorizados no ENADE dizem respeito às características do português popular, considerando, mais frequentemente, a colocação pronominal explicada a partir de alternativas que retomam elementos da formação do PB. Quanto aos tipos de texto utilizados para discussão dos fenômenos, constatou-se o uso de um texto literário e um texto teórico.

Palavras-chave: ENADE; Português Brasileiro; Variação linguística.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, sob o título “Aspectos da variação linguística privilegiados no ENADE para licenciatura em Letras Português”, busca analisar a prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) aplicada no ano de 2014, sendo considerada a avaliação direcionada aos graduandos dos cursos de Letras - Língua Portuguesa. O objeto em questão será estudado com o intuito de verificar a abordagem da variação linguística.

A pesquisa orienta-se de forma a relacionar-se aos resultados obtidos por meio dos subprojetos de Iniciação Científica desenvolvidos durante o período de 2014 e 2015⁴, constituintes

¹ Trabalho desenvolvido a partir do projeto de Iniciação Científica, *Variedades locais e ensino de Língua Portuguesa: discussões sobre formação, seleção de professores e avaliações externas*, financiado pela Fundação de Amparo a pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

² Discente do 9º semestre do curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação / Campus X (DEDC-X). *Email:* jcjosiele@gmail.com.

³ Professor Doutor do Colegiado de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação / Campus – X (DEDC-X). *Email:* Celsokallarrari@terra.com.br.

⁴ Os subprojetos referidos foram desenvolvidos durante o período de fevereiro de 2014 a julho de 2015, estes se



do projeto de pesquisa *Varietades locais e ensino de Língua Portuguesa: discussões sobre formação, seleção de professores e avaliações externas*. A pesquisa teve início com o acesso ao portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), onde foi possível ter acesso à prova do ENADE aplicada aos graduandos em Letras – Língua Portuguesa no ano de 2014. No *site*, também foi possível obter informações acerca das disposições legais que estabelecem o exame a ser analisado, bem como ter acesso ao manual do ENADE e relatórios publicados anualmente pelo INEP, onde constam informações sobre a presença dos alunos durante a aplicação das provas de um determinado ano, além de dados estatísticos acerca do curso e instituição avaliada.

Para o desenvolvimento deste estudo foram realizadas leituras referentes a: Dias Sobrinho (2009) e Silva (2010) que discutem aspectos da instauração do ENADE como substituto do Exame Nacional de Cursos e noções de avaliação. No que se refere ao método adotado na análise, será feito uso de proposições concernentes a Van Dijk (1992 e 2015) que trata das relações de poder no discurso. Também consideramos Bagno (2003), Castilho (2012) e Labov (2008) que contribuíram na compreensão relativa aos conceitos de variação e mudança linguística.

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nas seções seguintes, serão apresentadas as discussões teóricas que embasaram o estudo. Assim, serão abordadas discussões acerca das concepções de avaliação e a forma com que se dá a avaliação do ensino no Brasil. Será tratado, ainda, de questões que contemplam o discurso e a reprodução ideológica. Por fim, tratar-se-á dos aspectos de variação, mudança linguística e formação do português Brasileiro.

A AVALIAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL

A avaliação, no âmbito educacional, é entendida como elemento necessário para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem. É utilizada como forma de controle da qualidade

intitularam *Análise de concursos públicos para professores de Língua Portuguesa aplicados no Extremo Sul da Bahia* – ministrado por Adenilton da Silva Rocha – e *A presença do estudo da variação linguística nos cursos de Letras do Extremo Sul da Bahia* – desenvolvido por Tamires de Almeida Santana e Josiele da Costa Santos. Os estudos deram-se sob a orientação da Professora Dra. Adriana Santos Batista.



e reconsideração da ação, pois permite diagnosticar uma determinada situação e a partir de então torna possível à intervenção e modificação da necessidade detectada. Nesse contexto, Dias Sobrinho (2010, p. 195) estabelece que:

A avaliação é a ferramenta principal de organização e implementação das reformas educacionais. Produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social.

No que se refere às políticas de avaliação destinadas a Educação Básica e ao Ensino Superior brasileiro, estas têm sido utilizadas, enquanto ferramenta de identificação das problemáticas do sistema educacional, visando à melhoria da qualidade da educação. Por meio dessas, as instâncias governamentais responsáveis pela educação no país analisam e repensam aspectos como as taxas de conclusão, evasão, repetência, entre outros. As avaliações do ensino estendem-se da Educação Básica ao Ensino Superior, englobando, com algumas especificidades, também a pós-graduação.

Desta maneira, Silva (2010) afirma que todas as etapas e níveis de ensino, com exceção da Educação Infantil, passam por algum tipo de avaliação. A Educação Básica, por exemplo, é avaliada por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB); enquanto que o Ensino Superior possui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), ambos organizados pelo INEP. A pós-graduação, por sua vez, possui a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que está ligada ao Ministério da Educação.

Diante do que foi exposto entende-se que o uso de avaliações se faz necessário no âmbito educacional, pois através de procedimentos avaliativos são produzidos saberes acerca da qualidade da educação, das instituições de ensino e do aprendizado dos alunos. A partir dos dados obtidos nesse processo é possível a reformulação da ação e a elaboração de ferramentas voltadas às problemáticas evidenciadas. No âmbito governamental, o uso de avaliações como forma de análise do sistema educacional influencia em decisões políticas e burocráticas. No contexto escolar, pode contribuir para o desenvolvimento educacional dos alunos e também dos docentes, tendo em vista que estes têm a possibilidade de repensar sua prática.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

O autor Van Dijk apresenta, nas obras *Cognição, discurso e interação* (1992) e *Discurso e poder* (2015), aspectos que tratam das relações de poder que se manifestam no discurso, bem como as formas pelas quais o discurso pode contribuir para a perpetuação de algumas crenças e manutenção das relações de poder. Segundo este autor, por meio do discurso, é possível ter controle direto sobre a ação. Isso ocorre, por exemplo, com a instauração de leis, estabelecimento de comandos, apresentação de instruções, entre outros. Em se tratando do campo educacional, pode-se citar como exemplo as Leis de Diretrizes e Bases (LDBs) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que têm por função regularizar a educação no Brasil. Por conseguinte, esses documentos agem de forma direta sobre a ação de um determinado grupo de indivíduos.

Assim, para Van Dijk (2015) os discursos apresentam marcas ideológicas que estabelecem oposição entre aquele que enuncia (*Nós*) e o outro (*Eles*), como também ressalta Batista (2011). Essa relação oposta também pode estar relacionada ao que o autor denomina instituições de poder, tais como: o governo, o parlamento, os órgãos públicos, o judiciário, as grandes empresas, além de outros. Em se tratando do *corpus* deste estudo o *Nós* está relacionado à voz de instituições de poder, neste caso o INEP, que faz uso da variedade linguística padrão, enquanto que o *Eles* poderá estar expresso na prova por meio de trechos que apresentam características de outras variedades linguísticas, vozes que precisarão ser analisadas na prova. Neste estudo, a análise de tais aspectos ocorre pelo fato de entender-se que as questões do ENADE, enquanto discurso do *Nós*, podem representar e reforçar crenças que tendem a ser reproduzidas.

SOBRE A VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

Como elemento social, a língua é heterogênea, uma vez que os seres humanos são dinâmicos e a língua que falam deve adaptar-se às situações históricas vivenciadas por eles. Há também o fato de que a língua precisa dar conta de diversas situações sociais, por tais razões é inevitavelmente inclinada à mudança. Para Castilho (2012), variação e mudança são propriedades da língua, porém, essa característica não interfere na intercompreensão, pois possuem uma sistematicidade e uma regularidade. Segundo o autor, ao se comunicar linguisticamente, o falante tende a apresentar em sua fala um conjunto de traços sociais involuntários oriundos de seu *locus* de

origem, escolaridade, sexo, entre outros. A manifestação concreta desses traços na língua é chamada de variação, por sua vez, a soma idealizada dessas variações é chamada de variedade.

No que tange o aspecto da mudança linguística, Labov (2008) discute que a mesma se inicia como um traço característico de um determinado grupo, à medida que este traço vai avançando dentro do grupo, poderá se expandir para fora dele, e afetará primeiramente grupos mais próximos ao grupo de origem. Ao adquirir maior complexidade e extensão a mudança original, pode passar a ter mais valor social, o que tende a fazer com que seja corrigida a partir da língua padrão em uso. Desta maneira, entende-se que como elemento social, a língua passa, ao longo do tempo, por mudanças fônicas, mórficas, sintáticas e léxico-semânticas, assim, vai se transformando.

A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

No que se refere ao Português Brasileiro (PB) e os aspectos que o distanciam do Português Europeu (PE), Castilho (2012) destaca a mistura de línguas que ocorreu no Brasil, mencionando que, quando os Portugueses chegaram ao que mais tarde viriam a chamar de Brasil, havia um total de 300 línguas indígenas sendo faladas em nosso território. Posteriormente, o PE também foi exposto às línguas de matriz africana, tendo em vista o regime escravocrata.

Chaves (2013), corroborando com Castilho (2012), aponta que a partir do século XIX diversos estudos começaram a indicar mudanças sintáticas que distanciavam a fala dos habitantes do Brasil dos europeus, o que dava indícios do surgimento de uma língua nacional. Assim, admite-se que a Língua Portuguesa falada no Brasil sofreu influências das línguas com as quais teve contato. Castilho (2012) também aponta que os estudos sobre as características do PB tornaram-se mais expressivos, a partir de 1822, quando o Brasil tornou-se independente de Portugal. Por meio do nacionalismo, os brasileiros passaram a reclamar também a independência linguística.

Desde então, descrever, historiar e interpretar o PB foi um tema definitivamente incorporado à cultura nacional. A agenda respectiva tomou pelo menos três direções:

- (1) Já existe uma língua brasileira, que resulta da evolução biológica do PE.
- (2) O PB é como é dadas as influências que recebeu das línguas indígenas e africanas, sobretudo destas.
- (3) O PB é uma continuação natural do PE, refletindo hoje o que foi em Portugal o português arcaico do século XV (...). (CASTILHO, 2012, p.186)

Na hipótese da evolução biológica, afirmava-se que o surgimento do PB era uma questão de evolução natural do PE, sendo as línguas indígenas e africanas um nicho que favoreceu essa evolução. Já na segunda perspectiva apresentada, diz-se que o PB surge a partir de uma percepção social da língua, admite-se que a nação brasileira é marcada pela mestiçagem e isto explicaria as particularidades existentes em nossa língua.

Por fim, há a hipótese de que o PB seria resultado de uma evolução natural do PE, a qual sustenta que as línguas mudam continuamente, levando em conta linhas de força próprias de sua estrutura. Segundo Bagno (2003), existem tendências profundas na estrutura de uma língua que viabilizam a mudança. Nesse sentido, o PB seria resultado de mudanças do português arcaico.

DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

Segundo Polidori, Araujo e Barreyro (2006), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído por meio da Lei nº 10.861 de 14 de abril, 2014, tal sistema é dotado de três dimensões: a avaliação institucional, a avaliação dos cursos e a avaliação dos graduandos por meio do ENADE. Esse último é destinado a grupos amostrais de alunos em fase inicial – tendo de 7% a 22% da carga horária proposta para o curso concluída – e final dos cursos de graduação – com 80% da carga horária proposta concluída. E tem aplicação trienal.

O ENADE possui quatro instrumentos básicos de avaliação, conforme INEP (2016), sendo eles: a prova; o questionário de impressão do estudante sobre a prova; o questionário socioeconômico; e o questionário do coordenador do curso. O *corpus* deste estudo é composto apenas pela prova do ENADE aplicada aos graduando em Letras – Língua Portuguesa no ano de 2014. A prova destinada aos alunos dos cursos é composta por 40 questões, sendo 10 de Formação Geral, onde são priorizados conhecimentos de temas transcendentais à formação profissional específica, as questões desta parte são comuns a todos os cursos; 30 questões são sobre a Formação Específica da área, por sua vez, contempla as particularidades de cada curso. Ambas as partes possuem questões discursivas e objetivas, sendo maior o número de questões objetivas. Na parte de Formação Específica da prova aplicada aos graduandos em Letras no ano de 2014, havia 03 questões discursivas e 27 objetivas.

A prova ENADE - Letras (2014) continha 30 questões específicas distribuídas entre as áreas de Educação (11), Linguística (11) e Literatura (08). As 11 questões que remetiam a área da Linguística tratavam sobre Semântica, Sintaxe, Sociolinguística, teorias linguísticas como a aquisição da linguagem, entre outros. Entre essas, havia um total de 04 que exigiam conhecimentos relativos à variação linguística, as quais serão analisadas na próxima seção.

ANÁLISE DO CORPUS

As questões de Linguística disponíveis na prova estão numeradas como: 04, 09, 10, 13, 14, 18, 20, 21, 23 e 25. No tocante às questões sobre variação linguística, possuem as numerações: 09, 10, 18 e 20. As perguntas de número 09 e 10 utilizaram como base um mesmo texto, de título “Restos”, um texto literário do gênero conto usado nas questões para discutir características do português popular. O conto tem por personagem uma mulher catadora e deve-se analisar a fala da mesma. Nessas questões há o uso da variedade linguística popular com a finalidade de exemplificar e analisar aspectos linguísticos do *Eles*. Nesse caso optou-se por um texto artificial (o texto intitulado *Restos*) que apresenta uma situação hipotética de fala, em contraposição ao uso de transcrições, por exemplo. A pergunta 20, por sua vez, disponibilizou como base para discussão e análise um texto teórico, o qual apresentou o paradigma pronominal do português brasileiro.

A questão de número 18 é a única entre as quatro que não apresentou um texto para análise, em contrapartida, assim como a pergunta 20 abordou a colocação pronominal. Em ambas as questões, a variação no uso dos pronomes é justificada por meio de uma perspectiva sócio-histórica, levando em consideração o contato do PE com línguas indígenas e africanas. O tema referente ao uso dos pronomes no português também foi discutido na questão 10, sendo uma característica priorizada na prova ao se referir à variação da língua portuguesa.

Outra particularidade da língua discutida na prova, diz respeito à distinção entre variantes. Na questão de número 9, por exemplo, discute-se a caracterização da variante popular por meio do estudo de um texto literário, como se pode observar por meio da análise da questão:

Questão 9

Considerando a variedade linguística utilizada pela personagem do texto, avalie as afirmações a

seguir:

- I. *A redução do verbo “estar”, como em “tá” e “tava”, é uma característica evidenciada na fala de sujeitos escolarizados e não escolarizados.*
- II. *A eliminação da marca de plural, como em “os pedaço” e “pernas bamba”, é um traço das variedades linguísticas populares faladas e escritas.*
- III. *A prótese do fonema /a/ em “alembro” é uma característica associada à história da língua portuguesa.*

É correto o que se afirma em:

- A. I, apenas.
- B. III, apenas.
- C. I e II, apenas.
- D. II e III, apenas.
- E. I, II e III. (ENADE, 2014, p.14)

A utilização da lexia “variedade linguística utilizada pela personagem” ressalta o fato de que se trata de uma representação da variedade linguística utilizada por um falante hipotético, uma vez que o texto base cria uma situação artificial de fala compreendendo que se trata de um discurso retirado de um texto ficcional. Ainda que se trate de um texto hipotético é a partir do mesmo que são feitas afirmações referentes à variedade popular, as quais deverão ser analisadas pelo graduando.

Na primeira afirmação, fala-se sobre a redução do verbo “estar” que poderá se apresentar como “tá” e “tava”, realização observável na fala de indivíduos escolarizados e não escolarizados, há, então, a consideração de uma ocorrência linguística menos estigmatizada. A segunda asserção propõe que a eliminação do plural é uma característica do português popular e cita como exemplo “os pedaço” e “pernas bamba” (no texto escrito “pernas bambas”). Contudo, pode-se contestar a afirmação de que ocorre eliminação do plural em se considerando os fragmentos citados, uma vez que, no primeiro caso, a marca de plural incide sobre o artigo, enquanto que, no segundo, a marca de plural se evidencia no substantivo. A última afirmação apontou que o uso de “alembro” em vez de “lembro” relaciona-se a questões históricas da língua portuguesa, ainda que não se apresente uma justificativa para a afirmação. Entre os exemplos citados, o uso de “alembro” indicaria maior

estigmatização. A questão também retoma aspectos do que Castilho (2012) trata como variação sócio-cultural, nesta, por fatores como a escolaridade, condiciona-se o uso da forma culta ou popular do português.

A questão de número 10, no entanto, considera o texto *Restos* observando aspectos da colocação pronominal, como se pode ler a seguir:

Questão 10

Considerando a linguagem utilizada no texto *Restos*, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

- I. *A utilização do pronome oblíquo átono antes do verbo (próclise) no trecho “Me deu até tontura” é característica do português brasileiro, mas não abonada, para a língua escrita, pela gramática normativa.*

Porque

- II. *As regras normatizadas de colocação pronominal não correspondem às tendências fonológicas do português brasileiro.*

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A. *As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.*
- B. *As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.*
- C. *A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.*
- D. *A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.*
- E. *As asserções I e II são proposições falsas. (ENADE, 2014, p.14)*

Mais uma vez, o enunciado da questão ressalta o fato de que o texto a ser estudado apresenta aspectos da linguagem do *Eles*. O uso do verbo “avaliar” também indicado no enunciado, segundo Batista (2011), pode propor uma noção de julgamento, contudo, no caso da questão do ENADE, a forma como o exercício foi construído faz com que a avaliação seja direcionada à afirmação que se faz sobre o fenômeno linguístico. As asserções I e II também apontam o distanciamento existente entre língua escrita e língua falada.

As questões 18 e 20 também tratam sobre a utilização de pronomes. No exercício 18, assim como na primeira questão analisada, os fenômenos de variação são explicados por meio de aspectos

históricos da língua portuguesa, as distinções entre o PB e o PE são justificadas devido ao contato linguístico que sofreu a língua portuguesa no Brasil. A questão de número 20 apresenta como texto base um quadro que expõe o paradigma pronominal do português brasileiro, em sequência são disponibilizadas duas afirmações que utilizam a linguagem do *Eles* como forma de evidenciar variações ocorridas no uso pronominal. Assim como na questão anterior, aspectos históricos também são utilizadas para justificar o fenômeno de variação evidenciado.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Mediante a análise dos dados constatou-se a existência de 11 questões que exigiam conhecimentos relativos à Linguística disponíveis na prova do ENADE. Entre essas questões, as perguntas que levaram em conta aspectos de variação somaram um total de 04, e priorizaram discussões sobre o PB levando em conta a colocação pronominal, como tema mais recorrente na prova. Notou-se, por meio do conteúdo das questões, informações relativas à formação do PB, sendo que os responsáveis pela prova apresentam como justificativa aos fenômenos de variação o contato linguístico a que esteve exposto o PE nas terras brasileiras. No que tange à linguagem do *Eles*, verificou-se que esta é apresentada apenas como elemento a ser analisado. Há, ainda, o fato de que tal linguagem é apresentada através de exemplos hipotéticos em detrimento do uso de dados de fala; na questão de número 09, por exemplo, faz-se uso de um texto literário para a análise de fenômenos de variação.



REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **A norma culta: Língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BATISTA, Adriana Santos. **Imagens do professor de língua portuguesa em concursos públicos da Grande São Paulo**. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril, 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro, 2016.
- CASTILHO, Ataliba. **Nova Gramática do Português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHAVES, Elaine. **O surgimento do português brasileiro: mudanças linguísticas e mudanças tecnológicas no Brasil, séculos 18 e 19**. 2013, 251 f. Tese (Pós-graduação em estudos linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da Educação Superior brasileira (1995 - 2009): do Provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade>. Acesso em: 15 de janeiro, 2016.
- LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Traduzido por: Marcos Bagno. Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- POLIDORI, Marlis Morisini; MARINHO-ARAUJO, Claisy M.; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.14, n.53, p. 425-436, 2006.
- SILVA, Isabelle Fiorelli. O Sistema nacional de avaliação: Características, dispositivos legais e resultados. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 427-448, set./dez. 2010.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.
- . **Discurso e poder**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.